



Município Alfandega da Fe ConcursosAD <cmafe.ccp.alfandega@gmail.com>

Documentos de habilitação

Joaquim Gomes <jjoaquimgomes1@gmail.com>

Para: Município Alfandega da Fe ConcursosAD <cmafe.ccp.alfandega@gmail.com>

9 de fevereiro de 2018 às 16:06

Boa tarde,
junto envio os documentos de habilitação,
os documentos com as especificações técnicas dos materiais estou a espera delas, que as receba reencaminho-as,

--
Os Melhores Cumprimentos,

JOSÉ JOAQUIM GOMES
CONSTRUTOR CIVIL, Alvará nº 25643
tel:919768557

4 anexos

 **CERTIDAO AT_OBVIO_2017.12.27.PDF**
6K

 **CERTIDAO_SS_OBVIO_2017.12.27.pdf**
96K

 **Declaração.pdf**
894K

 **Registo Criminal.pdf**
1602K

Óbvio Exemplar-Unipessoal LDA
Avenida Camilo Mendonça, loja 19
5350-001 Alfândega da Fé
NIF: 513539816

Declaração

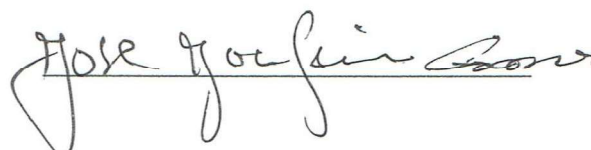
1 — José Joaquim Gomes, nº05714246, morados Lugar da Cruzinha, rua do cemitério nº677, 5350-034 Alfândega da Fé, na qualidade de representante legal da loja ÓBVIO EXEMPLAR-UNIPESSOAL LDA, NIF: 513539816, Avenida Camilo Mendonça, Loja 19, 5350-001 Alfândega da Fé, adjudicatário no procedimento de, **AQUISIÇÃO CONTINUA DE DIVERSO MATERIAL PARA A REPARAÇÃO DA REDE GERAL DE SANEAMENTO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada empresa:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
- d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada empresa não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Alfândega da Fé, 09 de Fevereiro de 2018



CERTIDÃO

António João Cristino Simões, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de ALFANDEGA DA FE.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 27 de Dezembro de 2017.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: OBVIO EXEMPLAR - UNIPessoal LDA


NIF: 513539816

Elementos para validação

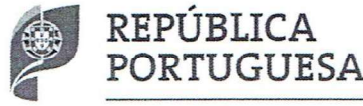
Nº Contribuinte: 513539816

Cód. Validação: 51829CK8H9ZK

O Chefe de Finanças,



(António João Cristino Simões)



JUSTIÇA

DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL (CERTIFICATE OF CRIMINAL RECORD)

COMARCA DE BRAGANÇA - ALFÂNDEGA FÉ - JUÍZO PROXIMIDADE

DENOMINAÇÃO (NAME OF THE LEGAL PERSON): ÓBVIO EXEMPLAR - UNIPESSOAL LDA

SEDE SOCIAL (HEAD OFFICE): ALFÂNDEGA DA FÉ * ALFÂNDEGA DA FÉ

DATA DE CONSTITUIÇÃO (ESTABLISHING DATE): 2016/02/23

NIPC (LEGAL PERSON IDENTIFICATION NUMBER): 513539816

CERTIFICADO REQUERIDO POR (REQUESTED BY): JOSÉ JOAQUIM GOMES

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT): N° DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

N° DOC. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT NUMBER): 05714246

FIM A QUE SE DESTINA (REQUEST PURPOSE): CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

*
*
* NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA COLETIVA ACIMA IDENTIFICADA *
* (NO CONVICTIONS) *
*
*
*
*

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO E ACESSO (AUTHENTICATION AND ACCESS CODE) 6a81-1526-a6af-9d94a (1)

DATA DE EMISSÃO (DATE OF ISSUE): 2018/02/09

VÁLIDO ATÉ (VALID UNTIL): 2018/05/09

PAG. (PAGE): 1/1

(1) Nos termos do artigo 15º do Dec-Lei nº 171/2015, de 25/8, este código de acesso permite: 1. A obtenção do certificado em https://registocriminal.justica.gov.pt e a sua utilização por mais do que uma vez, para a finalidade nele indicada; 2. A respetiva cedência pelo requerente a entidade pública para o mesmo efeito; 3. A comprovação da fidedignidade da informação. (This access code allows obtaining the certificate in https://registocriminal.justica.gov.pt and its use more than one time for the referred purpose, as well as verify the reliability of the information.)

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO (THIS CERTIFICATE IS VALID JUST FOR THE ABOVE-MENTIONED PURPOSE)



SEGURANÇA SOCIAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **ÓBVIO EXEMPLAR - UNIPessoal LDA**

Firma/denominação **ÓBVIO EXEMPLAR - UNIPessoal LDA**

Número de Identificação de Segurança Social **25135398160**

Número de Identificação Fiscal **513539816**

Número de Declaração **16405339**

Data de emissão **27-12-2017**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatro meses**, a partir da data de emissão.

Signature Not Verified

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.

Date: 2017.12.27 14:41:16 +00:00



DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA



REPÚBLICA PORTUGUESA

JUSTIÇA

DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL (CERTIFICATE OF CRIMINAL RECORD)

COMARCA DE BRAGANÇA - ALFÂNDEGA FÉ - JUÍZO PROXIMIDADE

NOME (NAME): JOSÉ JOAQUIM GOMES

NATURAL DA FREG. (PLACE OF BIRTH): ALFÂNDEGA DA FÉ

CONCELHO DE (TOWN OF BIRTH): ALFÂNDEGA DA FÉ

DATA DE NASCIMENTO (DATE OF BIRTH): 1954/09/10

NACIONALIDADE (NATIONALITY): PORTUGUESA

Nº BI (IDENTITY CARD NUMBER): 05714246

CERTIFICADO REQUERIDO POR (REQUESTED BY):

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT):

Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT NUMBER):

FIM A QUE SE DESTINA (REQUEST PURPOSE): CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA (NO CONVICTIONS)

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO E ACESSO (AUTHENTICATION AND ACCESS CODE) 2bf7-db3d-00b8-9bccc (1)

DATA DE EMISSÃO (DATE OF ISSUE): 2018/02/15

VÁLIDO ATÉ (VALID UNTIL): 2018/05/15

PAG. (PAGE): 1/1

(1) Nos termos do artigo 15º do Dec-Lei nº 171/2015, de 25/8, este código de acesso permite: 1. A obtenção do certificado em https://registocriminal.justica.gov.pt e a sua utilização por mais do que uma vez, para a finalidade nele indicada; 2. A respetiva cedência pelo requerente a entidade pública para o mesmo efeito; 3. A comprovação da fidedignidade da informação. (This access code allows obtaining the certificate in https://registocriminal.justica.gov.pt and its use more than one time for the referred purpose, as well as verify the reliability of the information.)

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO (THIS CERTIFICATE IS VALID JUST FOR THE ABOVE-MENTIONED PURPOSE)